



CAROLINA TUPINAMBÁ  
*Coordenadora*

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi  
*Prefácio*

AS NOVAS RELAÇÕES  
TRABALHISTAS E O FUTURO  
DO DIREITO DO TRABALHO  
NOVIDADES DERIVADAS DA PANDEMIA  
DA COVID-19 E DA CRISE DE 2020

1



COLEÇÃO FÓRUM  
AS NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS  
E O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N936	<p>As novas relações trabalhistas e o futuro do Direito do Trabalho: novidades derivadas da pandemia Covid-19 e da crise de 2020/ Carolina Tupinambá (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.</p> <p>305p.</p> <p>Coleção Fórum As novas relações trabalhistas e o futuro do Direito do trabalho. Tomo I.</p> <p>ISBN da coleção: 978-65-5518-116-6</p> <p>ISBN: 978-65-5518-118-0</p> <p>1. Direito Processual Trabalhista. 2. Direito do Trabalho. I. Tupinambá, Carolina. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 342.68 CDU 349.2</p>
------	--

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TUPINAMBÁ, Carolina (Coord.). *As novas relações trabalhistas e o futuro do Direito do Trabalho: novidades derivadas da pandemia Covid-19 e da crise de 2020*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. (Coleção Fórum As novas relações trabalhistas e o futuro do Direito do trabalho. Tomo I). 305p. ISBN 978-65-5518-118-0.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	15
------------------------------	----

PREFÁCIO

<b>Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.....</b>	<b>19</b>
---	-----------

UM NOVO NORMAL PARA O DIREITO DO TRABALHO

<b>Carolina Tupinambá, Marina Novellino Valverde.....</b>	<b>21</b>
Introdução.....	21
1    O contexto.....	22
2    O impulso às novas formas de trabalho.....	25
3    Validação de soluções de conflitos em âmbito interno .....	29
4    Reconhecimento do princípio da solidariedade.....	32
5    Sedimentação do parâmetro boa-fé em epicentro de controle de negócios jurídicos.....	36
Conclusão.....	38
Referências.....	39

PANORAMA DAS ALTERAÇÕES TRABALHISTAS DURANTE A  
PANDEMIA DA COVID-19

<b>Rodolfo Pamplona Filho, Leandro Fernandez .....</b>	<b>41</b>
1    Introdução.....	41
2    O Decreto Legislativo nº 06/20.....	42
3    A Lei nº 13.979/20 .....	43
4    A Medida Provisória nº 927/20 .....	44
5    A Medida Provisória nº 936/20 e a Portaria nº 10.486/20.....	47
6    A Medida Provisória nº 944/20.....	49
7    A Medida Provisória nº 945/20 .....	49
8    A Medida Provisória nº 946/20.....	50
9    Conclusões.....	52

## CORONAVÍRUS E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO: DE PANDEMIAS, PANTOMIMAS E PANACEIAS

<b>Guilherme Guimarães Feliciano, Paulo Roberto Lengruber Ebert</b> .....	55
Introdução.....	55
1    A pandemia, a Constituição e o meio ambiente do trabalho. Coronavírus e poluição labor-ambiental. A pantomima: MO 927/2020.....	58
2    Abandonando os claustros gramaticais e as cavernas semânticas: a panaceia jurídica trinária. Holismo, prevencionismo, solidarismo. Deveres e responsabilidades patronais .....	64
Conclusão.....	75
Referências.....	77

## ASPECTOS POLÊMICOS DO TELETRABALHO EM MEIO À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

<b>Platon Teixeira de Azevedo Neto, Rafael Lara Martins</b> .....	81
Introdução.....	81
1    A contextualização legislativa da MP n° 927 ante o cenário da covid-19.....	84
2    Jornada de trabalho .....	88
3    Mudança do regime presencial para o teletrabalho e vice-versa.....	89
4    A responsabilização pelas despesas decorrentes do teletrabalho .....	91
5    Saúde física e mental do teletrabalhador .....	95
Conclusões .....	95
Referências.....	97

## A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE SEGUNDA DIMENSÃO EM TEMPOS DE CRISE

<b>Samuel Levy Pontes Braga Muniz, Carlos Henrique Bezerra Leite</b> .....	99
1    Introdução.....	99
2    Breve história dos direitos fundamentais.....	100
3    A igualdade no Estado liberal.....	107
4    A igualdade no Estado social.....	111
5    Considerações finais.....	114
Referências.....	116

## A CRISE ECONÔMICA CAUSADA PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E OS REQUISITOS PARA A REVISÃO DOS ACORDOS TRABALHISTAS

<b>André Araújo Molina</b> .....	119
1 Introdução.....	119
2 Natureza jurídica dos acordos trabalhistas.....	120
3 Possibilidade e requisitos para a revisão judicial das transações.....	126
4 Conclusões.....	138
Referências.....	138

## ENQUADRAMENTO DA COVID-19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL

<b>Sebastião Geraldo de Oliveira</b> .....	141
1 O advento da pandemia do novo coronavírus.....	141
2 Alterações normativas após o surto da covid-19 .....	142
3 Inseguranças e desafios jurídicos deste período emergencial.....	143
4 Importância de caracterizar a covid-19 como doença ocupacional.....	144
5 Emissão regular da Comunicação do Acidente do Trabalho (CAT).....	148
6 Enquadramento da covid-19 pelo INSS .....	153
6.1 Considerações iniciais .....	153
6.2 A suspensão do art. 29 da MP nº 927/2020 pelo STF .....	154
6.3 Como doença ocupacional .....	157
6.4 Exceção da doença de natureza endêmica (pandêmica).....	159
6.5 Como contaminação acidental.....	161
6.6 Pelo Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP).....	162
6.7 Como concausa .....	164
6.8 Como doença não ocupacional.....	167
7 Recurso administrativo contra o enquadramento .....	168
8 Ação judicial contra o enquadramento.....	171
9 Enquadramento ocupacional da covid-19 mesmo sem a emissão da CAT.....	172

## DOENÇAS OCUPACIONAIS NA PANDEMIA DA COVID-19 E OS IMPACTOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

<b>Ricardo Calcini</b> .....	175
1 Introdução.....	175
2 Princípios e direitos fundamentais constitucionais e a saúde e segurança do trabalhador.....	177

3	Aspectos legais sobre as doenças ocupacionais e a correlação com o coronavírus .....	180
4	A responsabilização do empregador e as consequências pela contaminação do trabalhador pelo coronavírus nas relações de emprego.....	184
5	A contaminação pelo novo coronavírus como acidente de trajeto....	190
6	Conclusão.....	193
	Referências .....	194

## PANDEMIA E “CULTURA TRABALHISTA”: DESTRUIÇÃO CRIATIVA

<b>Otavio Amaral Calvet.....</b>	<b>197</b>
----------------------------------	------------

## A PRINCIPIOLOGIA DAS AUDIÊNCIAS TRABALHISTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

<b>Danilo Gonçalves Gaspar.....</b>	<b>213</b>	
1	Introdução.....	213
2	A principiologia clássica das audiências trabalhistas .....	214
2.1	Princípio da presença obrigatória das partes .....	215
2.2	Princípio do incentivo à conciliação .....	217
2.3	Princípio da publicidade.....	217
2.4	Princípio da oralidade.....	218
2.5	Princípio da imediatidade ou imediaticidade ou imediação .....	218
2.6	Identidade física do juiz.....	221
2.7	Princípio da irrecorribilidade imediatada das decisões interlocutórias .....	221
2.8	Princípio da concentração dos atos processuais em audiência .....	222
2.9	Princípio da ampliação dos poderes do juiz em audiência .....	222
3	O distanciamento social decorrente da pandemia da covid-19 e o protagonismo das audiências telepresenciais .....	223
4	A principiologia das audiências trabalhistas em tempos de pandemia .....	225
4.1	Breve histórico acerca das audiências telepresenciais.....	225
4.2	Repaginação da principiologia clássica das audiências.....	227
4.2.1	Princípio da presença obrigatória das partes .....	227
4.2.2	Princípio do incentivo à conciliação .....	228
4.2.3	Princípio da imediatidade ou imediaticidade ou imediação .....	229
5	A nova principiologia das audiências trabalhistas.....	229

5.1	O princípio da igualdade digital, o direito fundamental ao acesso digital à justiça e a garantia de infraestrutura telemática mínima e adequada à prática do ato processual.....	229
5.2	O princípio da aptidão digital e o domínio dos recursos tecnológicos .....	233
6	Conclusão.....	233
	Referências.....	234

## O TELETRABALHO NA PANDEMIA E A EVIDÊNCIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO LABORAL

<b>Joana Rego Silva Rodrigues</b> .....	235	
1	Introdução.....	235
2	Mundo do trabalho, a ordem jurídica e a mulher: perspectivas sociais e de gênero e as raízes estruturais da desigualdade .....	236
2.1	Um breve panorama acerca das consequências do isolamento/ distanciamento social na vida das trabalhadoras .....	239
3	Breves apontamentos sobre o teletrabalho sob a égide da nova regulamentação emergencial do trabalho.....	241
4	O teletrabalho na pandemia como elemento a evidenciar as desigualdades de gênero no âmbito laboral.....	244
5	Considerações finais.....	246
	Referências.....	248

## NOVIDADES DERIVADAS DA CRISE E DA PANDEMIA

<b>José Affonso Dallegrave Neto</b> .....	251	
1	A nova onda chamada mundo 4.0, hiper ou pós-modernidade.....	251
2	A pandemia e o precariado .....	259
3	Não há nada certo além da incerteza.....	265
4	O futuro das profissões .....	269
	Conclusão.....	273

## COVID-19 E SEUS IMPACTOS NO GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE

<b>Fabício Lima Silva, Iuri Pinheiro</b> .....	275	
1	Introdução – Breve apresentação do conceito e pilares de programas de <i>compliance</i> .....	275
2	O gerenciamento de riscos.....	276
3	Os impactos do coronavírus no gerenciamento de riscos .....	277
3.1	Teletrabalho .....	278

3.2	Antecipação de férias.....	279
3.3	Antecipação de feriados .....	280
3.4	Banco de horas .....	280
3.5	Suspensão das exigências administrativas em saúde e segurança no trabalho.....	282
3.6	Diferimento do recolhimento de FGTS.....	283
3.7	A suspensão dos arts. 29 e 31 da MP nº 927/2020 pelo STF .....	283
4	Rescisão contratual por fato do príncipe.....	284
5	Riscos da MP nº 936/2020 .....	286
5.1	As faixas salariais para definição da espécie de acordo de redução de jornada e salário, bem como suspensão contratual levam em conta o salário-base ou o complexo salarial?.....	287
5.2	O valor dos adicionais de insalubridade e periculosidade também são reduzidos na mesma proporção da redução de jornada e salário? .....	288
5.3	Seria possível promover a redução de jornada dos trabalhadores enquadrados no art. 62 da CLT? .....	289
5.4	O empregador poderá exigir a realização de horas extras por aqueles que tiveram a redução de jornada?.....	291
5.5	Posso reduzir o salário/jornada de alguns empregados e suspender de outros, por exemplo, na mesma empresa?.....	292
5.6	O curso de qualificação profissional é obrigatório para a suspensão contratual prevista pela Medida Provisória nº 936/2020?.....	292
5.7	É possível pactuar a suspensão nos contratos por prazo determinado?.....	293
5.8	Os empregados contratados por prazo determinado possuemão a garantia provisória de emprego prevista para os casos de redução de jornada e salário, bem como suspensão contratual? Em caso afirmativo, como seria a operacionalização nesses tipos de contratação?.....	294
5.9	Trabalhador aposentado não pode ter o contrato suspenso? .....	296
5.10	Seria possível suspender o contrato ou reduzir a jornada de quem foi contratado após 01.04.2020? .....	297
5.11	Seria possível suspender ou reduzir a jornada do contrato de trabalho da gestante?.....	297
5.12	Empregado que teve salário reduzido pode “pedir demissão”?.....	299
6	Conclusão.....	300
	Referências .....	300
	SOBRE OS AUTORES.....	301